

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES


MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO


LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA


LETRAS
LISBOA


FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA


FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

DE CHÃO DE MINAS (LOURES) A CASTA-NHEIRO DO VENTO (VILA NOVA DE FOZ CÔA): BREVE BALANÇO DE UM CICLO DE VIDA EM ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS

Vítor Oliveira Jorge¹

Em memória do meu primeiro mestre em arqueologia, democrata, homem livre, que me deu a autoestima indispensável para o arranque, Dr. Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991)

RESUMO

O autor tem realizado trabalhos no âmbito da arqueologia ao longo de cerca de 5 décadas, e basicamente a dois níveis: 1. investigação aplicada (após uma fase inicial de trabalhos sobre Paleolítico do Sul de Portugal, e também em Angola, pesquisas sobretudo desde 1975 no âmbito do megalitismo e dos recintos murados do Norte de Portugal) e 2. investigação fundamental, ou de reflexão teórica, sobre a pertinência da rede de conceitos que subjazem, em particular, à organização narrativa da chamada “pré-história”. Esta comunicação pretende ser um balanço sucinto desse trajeto de problematização, que teve de se ajustar, em cada fase, aos elementos empíricos com que, como arqueólogo, o autor, integrado em equipas, foi sendo confrontado.

Palavras-chave: Arqueologia pré-histórica, Teoria da arqueologia, Interdisciplinaridade, Balanço de trabalho realizado.

ABSTRACT

The author has been working on archeology for about 5 decades, and basically at two levels: 1. applied research (after an initial phase of work on the Paleolithic of southern Portugal, and also in Angola, studies made since 1975 on the architecture of megalithic tombs and walled precincts of the north of Portugal) and 2. fundamental research, or theoretical reflection, on the pertinence of the network of concepts that underlie, in particular, the narrative organization of the so-called “prehistory”. This communication aims to be a succinct summary of this path of problematization, which had to adjust, at each stage, to the empirical elements with which, as archaeologist, the author, integrated in teams, was confronted.

Keywords: Prehistoric archaeology, Theory of archaeology, Interdisciplinarity, Appraisal of work produced.

O presente balanço dá seguimento a outros que já tenho realizado, ao longo do tempo; este visa, de novo, rever o meu trajeto de estudo, de forma obrigatoriamente breve, mas baseado na ideia de que passado, presente, e futuro, são três modalidades (interligadas dialecticamente) do mesmo. Esse “mesmo” resulta da nossa consciência espontânea, empírica, do tempo, muito formatada pela tradição ocidental cristã; é uma representação linear e orientada teleologicamente, uma linha constituída por pontos sucessivos (instantes), que se sucedem uns aos outros, sendo continuamente “aspirados” para

o passado (retrospectiva) ou futuro (prospectiva): o que põe, desde há séculos, a questão do carácter enigmático do presente, uma espécie de eternidade paradoxalmente vazia, ou absolutamente efémera: “tempus fugit”.

Mas afinal é cada momento, cada presente, que permite criar retrospectivamente o seu passado (individual ou colectivo), não apenas por uma variação de perspectiva ou amadurecimento de experiência em relação a uma realidade “feita”, acontecida, mas mais objetivamente porque cada momento, como Hegel entendeu, estabelece de facto de modo retros-

1. ESPI, Instituto de História Contemporânea (IHC), FCSH-UNL; vitor.oliveirajorge@gmail.com

pectivo as suas próprias causas ou antecedentes, só assim podendo romper-se com a referida visão linear do tempo, da periodização, e da causalidade histórica, que são afinal produtos do senso comum assumidos como “naturais”. Baseio-me na ideia de que essa concepção tradicional do tempo é o essencial entrave a uma conceptualização nova da arqueologia e a principal responsável por uma narrativa histórica (incluindo a chamada pré-história) basicamente conservadora, de um ponto de vista ideológico.

Por exemplo, a necessidade que temos de “periodizar”, de dividir esse tempo linear em períodos, épocas, fases, horizontes, etc., mostra no fundo um desejo de estancar a história, pressupondo que, apesar do constante devir (“*la durée*”...) existe algo de igual a si mesmo que permanece entre duas balizas do mesmo período: algo que faz dele um compartimento a-histórico. O qual depois podemos preencher com dados e narrativas. Um pensamento, afinal, anti-histórico, esse. Uma visão do tempo não linear (ainda não seguida neste curto texto, por certo) permitiria reorganizar a narrativa histórica de outros modos, infinitamente mais interessantes, e ultrapassar o velho problema das continuidades – descontinuidades em história e pré-história, da coexistência de diferentes ritmos de mudança, etc., etc. Enfim, também aqui seria precisa uma “revolução”, no sentido mais profundo do termo: não uma simples mudança de forças, mas uma mudança na própria lógica que orchestra as forças. Dela depende o futuro da humanidade e do planeta.

A matriz do meu interesse pela arqueologia está em professores que tive no Liceu Camões, em Lisboa, e que indicaram leituras muito importantes, como as de Gordon Childe, figura cimeira da 1ª metade do século XX, e do qual já então havia vários livros traduzidos em português. Depois conheci pessoalmente Eduardo da Cunha Serrão, que foi decisivo na confiança pessoal que me instilou, e na ideia de que é fundamental, sempre, publicar os resultados das nossas pesquisas, tão rigorosamente quanto possível.² Essa é mesmo uma obrigação ética, marcando

2. A ele devo a publicação do meu primeiro trabalho em 1968, quando tinha 20 anos, na “Revista de Guimarães”, onde o Coronel Mário Cardoso me acolheu gentilmente. Eduardo Serrão considerava como os seus três melhores “discípulos”, ou “colaboradores”, se quisermos, José Morais Arnaud, Jorge Pinho Monteiro (tragicamente falecido em jovem) e a minha pessoa...

também a diferença entre o tendencialmente amador e o tendencialmente “profissional” (apesar da profissão de arqueólogo só ter sido criada na segunda metade dos anos 90, aquele que já antes aspirava a – ter ou manter – uma carreira universitária tinha obrigatoriamente de demonstrar publicamente os seus resultados).

No ano lectivo de 1965/66 entrei como estudante do curso de História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Uma das disciplinas do 1º ano era a de Pré-história. O respectivo docente pedia aos alunos, como um dos meios de avaliação, que realizassem um trabalho prático de campo, em equipa. Juntei-me com mais dois colegas, Vasco Salgado de Oliveira, e Luís Simões Gomes, e foi escolhida uma das “estações paleolíticas de superfície” do “manto basáltico” da zona circundante de Lisboa, a de Chão de Minas, localizada genericamente por vários autores³ entre Manjoeira e Pintéus, no concelho de Loures.⁴

Deslocámo-nos ali muitas dezenas de vezes, o que permitiu, através de prospecção sistemática da mesma área (1966-1967), a recolha de numerosos artefactos líticos do Paleolítico antigo e médio, e a detecção de outros núcleos de materiais de tipologia mais recente em zonas próximas (v. Jorge, 1972, p. 29), nomeadamente do Paleolítico superior e Mesolítico. Mas a referência a Chão de Minas tem sobretudo, hoje, o interesse de chamar a atenção para aquele trabalho de licenciatura⁵, ainda muitíssimo embrionário (feito em condições precárias, de estudante da altura), mas no qual se esboçam problemáticas e se lança um “discurso” que, qualquer que seja o seu mérito, creio que rompe frontalmente com a tradição anterior de estudos paleolíticos, quer os de amadores, quer mesmo os de investigadores (para a época) como Breuil (sem dúvida uma das pessoas a

3. Vergílio Correia (que a teria descoberto em 1917), H. Breuil, A. do Paço, Santos Júnior, G. Zbyszewski.

4. Uma vez que não guardámos connosco o original do trabalho académico produzido em 1966, e portanto nunca o chegámos a publicar, a única fonte para reconstituir agora o estudo feito é a minha dissertação de licenciatura, apresentada em 1972 à FLUL (Jorge, 1972), e onde me refiro a Chão de Minas em várias passagens.

5. O primeiro volume, de texto, pode ser consultado em algumas bibliotecas públicas a que o ofereci, e o conjunto da obra (2 vols.) na biblioteca da FLUL. Nunca foi objeto de um livro impresso, mas os principais capítulos deram origem a artigos publicados e amplamente conhecidos.

quem mais a Pré-história nos seus começos deve) e Zbyszewski (que indubitavelmente fez muito trabalho útil em Portugal).

Redigida e apresentada em 1972, a tese apoiava-se num trabalho de equipa que vinha sendo feito desde 1969, e que acabou por dar origem ao informal “Grupo para o Estudo do Paleolítico Português” (GEPP), sediado no Museu Nacional de Arqueologia, graças ao seu diretor, Prof. Fernando de Almeida. Era, na sua modéstia, o primeiro trabalho de fôlego neste âmbito temático feito fora dos (então designados) Serviços Geológicos de Portugal, e no seio de uma Faculdade de Letras, apresentando problemática interdisciplinar.

É impossível resumir aqui as novas questões introduzidas, que, de um modo muito geral, passavam de um campo de descritivismo amadorístico ou de ciências geológicas, para outro de ciências sociais. Esse movimento, creio, foi crucial para abrir o campo a novas ideias e a uma pesquisa sustentada, que viria a ser realizada, em bases muito mais sólidas, e até hoje, por outros colegas, os quais entretanto se especializaram em estudos paleolíticos modernos.⁶ Foram esses (e outros, por certo) sintomas de uma nova fase da arqueologia portuguesa, que iria ser tendencialmente protagonizada por jovens com formação universitária, sobretudo em História, e que encontraria a sua plena expressão depois do 25 de abril de 1974, quando as universidades abriram os seus quadros a uma geração muito mais informada e crítica do que as anteriores.

Basicamente, a minha tese era a de que os complexos industriais de seixos afeiçoados do território português podiam pertencer a várias épocas da Pré-história (desde um Paleolítico muito antigo, até fases bem posteriores a este período) e representavam utensílios frustes, que em alguns casos podiam ser muito arcaicos, e depois teriam “convivido” em maior ou menor percentagem, conforme as regiões, com outras manifestações mais “clássicas”, europeias e não só (Acheulense, Mustierense, etc.). Mas em certas áreas litorais, a sua concentração (tal como hoje ocorre, claro) poderia dever-se à própria abundância da matéria-prima (seixos rolados) e, eventu-

almente, a uma opção mais ou menos consciente, de, com essa matéria-prima mais difícil de talhar (quartzito), mas pontualmente útil, e já naturalmente padronizada, obter gumes cortantes através de uma cadeia operatória mais simples ou curta do que a dos complexos industriais “clássicos”. Também estava muito influenciado pela “análise descritiva de materiais” e pela sua possível futura descrição formalizada e tratamento em computador. No fundo, andava trás desta ilusão: tentar encontrar, nos objetos mais simples feitos pela mão humana, o “missing link” ou, se quisermos, o “grau mínimo”, da “artificialidade técnico-cultural”, que começaria por selecionar um objeto já “pré-fabricado” (rolado) pelas ações naturais. Estava aqui subjacente a velha questão da interface natureza-cultura, em suma.

Aliás, em todas as minhas pesquisas esteve sempre mais ou menos claro para mim que pretendia pensar, por via da prática arqueológica, questões cruciais da ciências sociais e humanas e da filosofia, embora de princípio (e talvez ainda hoje...) muito embrionariamente concebidas. Essas questões eram debatidas frequentemente nos grupos de estudantes a que pertencia. Foi-me porém sempre difícil conjugar vários planos, como o da aprendizagem dos estudos históricos e das ciências sociais em geral (as grandes problemáticas realmente motivantes), com o da arqueologia pré-histórica com a sua específica metodologia e interdisciplinaridade, e com todo o seu peso em termos de investimento, físico até. Os trabalhos de campo, tarefa dura e ao mesmo tempo requerendo grande rigor e atenção, consomem muito tempo, que assim é “roubado” à reflexão sobre as questões de fundo que foram de facto sempre o meu objectivo, até pela “geração” a que pertencço (anos 60 do século XX).

Após uma estadia em Sá da Bandeira (atual Lubango, Angola), onde, por ordem superior, leccionei e investiguei nos Cursos de Letras da Universidade de Luanda (1973-1974), chegando a iniciar estudos para um doutoramento sobre tema local (aí era a articulação entre a pré-história, a história e a etnologia/ antropologia africanas que estavam em causa...), passei com o 25 de abril para a cidade do Porto, onde decorreu quase toda a minha carreira universitária, na FLUP, entre 1974 e 2011 (com aposentação em junho deste último ano).

Aqui, após uma primeira fase muito difícil de leituras e adaptação (com evidente escassez de meios) a uma região desconhecida até então por mim (o

6. As pessoas que mais me influenciaram foram vários amigos da minha idade, o Dr. Eduardo da Cunha Serrão, amigo e mestre extrauniversitário, e os professores que encontrei na FLUL, com particular destaque para Jorge de Macedo e Orlando Ribeiro.

Norte de Portugal), e tendo esboçado, por sugestão do Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida⁷, um programa de doutoramento sobre o megalitismo daquela região, iniciei escavações no conjunto de monumentos da Serra da Aboboreira (Baião – Amaranthe – Marco de Canaveses) em 1978. O meu “ciclo” de estudos em megalitismo, que desembocou na dissertação de doutoramento de 1982, prosseguiu na Aboboreira até 1990 inclusive, e concluiu no planalto de Castro Laboreiro (Melgaço) em 1994.

Foram decisivos para mim, para além, obviamente, do ambiente renovado que se criou com o 25 de abril de 1974, a influência da “escola de Rennes”⁸ com a qual me pôs em contacto o Abade Jean Roche, do CNRS, e também trabalhos de muitos outros pré-historiadores com quem tive contacto, umas vezes com a pessoa e a obra, outras mais com a obra, como Jean Guilaine, Colin Renfrew, George Eogan, Lewis Binford, Ian Hodder, Julian Thomas. Já bem antes, no início dos meus estudos, em 1968, tinha podido contactar com a escola alemã através da participação nas escavações do “castro” do Zambujal, em Torres Vedras, que (apesar de só lá ter estado duas semanas) foram para mim decisivas na aprendizagem do que é de facto uma escavação com meios e com método: toda uma imensa equipa em campo, trabalhando seriamente.

Afinal, mais tarde, apliquei – e consegui influenciar outros a fazerem o mesmo... – ao estudo dos dólmenes e suas mamoadas (realidades não isoladas, mas em geral agrupadas em núcleos e necrópoles) o que tinha aprendido com os colegas alemães, ou seja, a escavação em área, com decapagem tanto quanto abrangente da mamoadas e mesmo, se possível, de alguma parcela de terreno envolvente. Os monumentos que escavei, em geral, tinham conservado poucos (ou nunca terão contido muitos...) restos de artefactos mais pequenos (supostamente oferendas funerárias), mas em contrapartida deram-nos (posso e devo falar no plural...) outros dados muito impor-

7. Colega e amigo que já desde 1971 tinha manifestado o interesse da FLUP em que eu ali pudesse leccionar, o que na altura me não foi possível fazer.

8. Pierre-Roland Giot, Jean L’ Helgouach, Jacques Briard, Charles-Tangy Le Roux, Roger Joussaume.

9. Realizaram escavações nos monumentos megalíticos da Aboboreira numerosas pessoas, por mim incentivadas a tal: Ana Maria Leite da Cunha, António Huet Gonçalves, Carla Stockler, Domingos Cruz, Eduardo Jorge Silva, Fernando

tantos. Um deles, foi a descoberta de restos de “solos antigos” (não propriamente fósseis... mas muito úteis) conservados sob as mamoadas; outra, a exumação de níveis de carvão imediatamente sobrepostos a esses solos e subjacentes às mamoadas, dando-nos, uma vez datados, um “terminus post quem” claro para a construção. Multiplicámos as datas de C14 existentes (sobretudo devido à colaboração do laboratório de Madrid)¹⁰ e isso tornou-se obviamente muito útil. Creio que fomos as primeiras pessoas em Portugal a abordar assim – “em área” e em nome de uma esboçada “arqueologia da paisagem” – estas necrópoles megalíticas, algumas ainda relativamente conservadas, com as suas mamoadas – apesar de muitíssimas depredações e até escavações mal feitas – nos planaltos, em geral graníticos, do Norte do país.¹¹ E isso devido ao facto de nesses planaltos se não praticar agricultura, mas sobretudo pastorícia: as antas estavam violadas, mas as mamoadas que as cobriam tinham sido em muitos casos poupadas. A minha dissertação de doutoramento sobre o megalitismo do Norte de Portugal (FLUP, 1982 – 1º volume), bem como o texto que serviu de base à lição de agregação (FLUP, 1989) estão disponíveis para consulta pública na minha página de academia.edu¹². Um dos temas em que fui insistindo relativamente às necrópoles megalíticas foi o seu polimorfismo. Ou seja, a coexistência, nesses espaços do Entre Douro e Minho, em que existem *tumuli* concen-

Silva, Joel Cleto, Margarida Moreira, Maria de Jesus Sanchez, Susana Faro da Costa. Mas o projeto estendeu-se muito para além do megalitismo, como é sabido, integrando pessoas interessadas em praticamente todos os aspectos da arqueologia daquela região, incluindo a Idade do Bronze, a época castreja-romana, a Idade Média.

10. Na altura dirigido pelo meu falecido amigo Fernán Alonso, a quem muito ficamos a dever.

11. A curiosidade por estes trabalhos foi grande no estrangeiro. Lembro-me do Prof. Giot me pedir em Rennes que lhe explicasse o que se passava com o megalitismo ibérico, porque, apesar de conhecer os trabalhos clássicos dos Leisner, e as primeiras datas de cronologia absoluta, continuava sem perceber nada. E tinha razão.

12. <https://flup.academia.edu/VITOROLIVEIRAJORGE>. Aqui se encontram também outros trabalhos que citam a bibliografia básica em que as minhas ideias assentam, o que me isenta de, no presente texto, incluir bibliografia final. Outros textos mais recentes, podem ser consultados nesta revista em linha, de livre acesso: <http://revistataeonline.weebly.com>

trados em núcleos, esses por sua vez integrados em necrópoles, de monumentos de tipologias e cronologias muito diversas. Por exemplo, na Serra da Aboboreira (distrito do Porto) encontrámos sepulcros megalíticos neolíticos, com pequenas antas fechadas, sem corredor, e um apenas com corredor e átrio (dólmen 1 de Chã de Parada); e, em época posterior, foram insertos na necrópole *cairns* (mamoas apenas feitas com pequenas pedras) que, em vários casos, se provou serem já de uma Idade do Bronze (embora claramente anteriores ao Bronze Final). A forma e dimensões, tanto dos monumentos mais antigos (V-IV milénios a. C.), como dos mais recentes (II milénio a. C.), diferiam muito entre si. Chegámos a estudar casos em que o *cairn* mal se via, e não tinha qualquer estrutura central (não tinha câmara) (Outeiro de Gregos 5) e outros em que lado a lado, uma mamoa continha um pequeno dólmen e, outra, cobria por sua vez uma estrutura negativa profunda, em forma de poço, dividida transversalmente por uma laje enorme em forma de esteio postada ao alto, dentro da referida depressão: e estava *in situ* (Chã de Santinhos). A mesma variabilidade foi observada em Castro Laboreiro, num planalto da Serra da Peneda, em que devido à sua inacessibilidade existia uma necrópole imensa, que se estendia para a Galiza. Em todos os casos, a inserção dos monumentos na paisagem, embora feitos sem aparente plano de conjunto, era muito significativa: tornava-se evidente que os acidentes de terreno envolventes tinham sido importantes na escolha dos locais de edificação, em relação com a imponente Serra do Marão no caso da Aboboreira, em relação com volumes rochosos muito destacados no caso de Castro Laboreiro. Era muito importante prosseguirem os trabalhos nesta última necrópole, como se tentou na altura, nomeadamente em colaboração com colegas do Galiza, uma vez que ela continua em território espanhol.

Assim se foi forjando no Porto o embrião de uma “equipa” (alguns chamam-lhe “escola”, o que talvez seja excessivo) de estudos pré-históricos, particularmente de arquiteturas (no sentido amplo de transformações humanas do espaço) em que vários antigos alunos (que aprendiam ao mesmo tempo que eu, que nós...) se acabaram por autonomizar, como é bem conhecido e como é sempre desejável. E muitos deles são hoje arqueólogos com obra consolidada, reconhecida.¹³

13. Episodicamente pude estudar outras manifestações,

A partir de 1998, iniciei, com João Muralha Cardoso, e depois com outros investigadores, a escavação sistemática do Castanheiro do Vento (Horta do Douro), um recinto calcolítico do concelho de Vila Nova de Foz Côa, cuja pesquisa continua até ao presente, em parte graças ao apoio logístico da ACDR de Freixo de Numão.¹⁴

Castanheiro do Vento e Castelo Velho: ambos estes recintos calcolíticos de altura acabaram, como produto de um trabalho colectivo, por instaurar um novo paradigma naquilo que habitualmente e por convenção se chamava (e ainda – por inércia? – se chama...) “povoados fortificados calcolíticos.”

Esse paradigma, que basicamente é a adaptação ao nosso território de sugestões problemáticas de vários investigadores estrangeiros, nomeadamente britânicos, com quem fui convivendo em congressos do TAG¹⁵, com destaque para Julian Thomas e elementos da sua equipa (Universidade de Maschester),

juntamente com colegas, quer sobre estelas ou estátuas-menires (Chaves, Porto, etc.), quer sobre “arte rupestre”, contextualizada (Fraga d’ Aia, S. João da Pesqueira) ou não (Mazouco, Freixo de Espada-à-Cinta, onde ocorreu a primeira revelação mundial, espantosa, de gravuras paleolíticas de ar livre, para as quais fomos alertados por um aluno então no 1º ano da FLUP, Nelson Rebanda). Vários elementos do Sul ou Centro que foram também “para o Norte” – Manuela Martins, António Martinho Baptista, Francisco Sande Lemos, Ana Bettencourt, etc.– fizeram ali trabalho muito importante, a juntar a vários bons investigadores de lá originários, como Maria de Jesus Sanches, João Pedro Cunha Ribeiro, Domingos de Jesus da Cruz, António Huet Gonçalves, Sérgio Rodrigues, João Muralha Cardoso, etc., etc. Mais recentemente há toda uma plêiade de jovens doutorados, entre os quais João Muralha Cardoso, Gonçalo Leite Velho, Ana Margarida Vale, Sérgio Gomes, Alexandra Vieira, Lara Beirão Alves, Leonor Sousa Pereira, Joana Alves Ferreira, etc., etc. É justo acentuar o trabalho muito importante desenvolvido pela Prof.^a Susana Soares Lopes (antes assinando como Susana Oliveira Jorge), da FLUP, outro elemento crucial de todo este “movimento”, também por mim incentivada, quando estudante, para a arqueologia.

14. Já ali trabalhava, na mesma região, e como é bem sabido, em colaboração com Susana Soares Lopes, no Castelo Velho de Freixo de Numão, desde 1989. A ação do Presidente da ACDR de Freixo de Numão, Dr. António Sá Coixão, foi fundamental como apoio logístico de toda a espécie, desde 1989 até hoje.

15. Theoretical Archaeology Group, criado em 1979 no RU, e que promove estes encontros interdisciplinares nas várias universidades todos os anos, antes do Natal. Esses encontros e alguns congressos da UISPP e do WAC (e em menor grau da EAA) foram para mim muito importantes.

representa um passo crucial, creio, na abordagem deste tipo de sítios. No fundo, adaptámos à realidade portuguesa, empiricamente muito diferente, mas estruturalmente semelhante, a problemática do Neolítico britânico e das suas arquiteturas (dos *causewayed camps* aos *henges*) tal como era inteligentemente esboçada pelos nossos melhores colegas ingleses, nomeadamente o já referido Julian Thomas. Em que consiste, basicamente, a nossa problemática, já tantas vezes exposta por mim e pelas equipas que integrei?...

Na ideia de que locais como estes, em que encontramos embasamentos pétreos de muros de terra, formando recintos, é de presumir (e em muitos aspectos está comprovado) uma provável série de transformações (não necessariamente “congeladas” em sucessivas “fases”) ao longo do tempo (propiciada pela própria plasticidade da argila), em relação com diferentes organizações do espaço. Essas organizações do espaço não têm, verosimilmente, o carácter de “aldeias”, ou agregações de unidades domésticas (“povoados”), onde, à maneira de recintos fortificados posteriores, as pessoas se refugiariam de conflitos.

Nós desconhecemos, ou ainda estamos longe de ter podido estudar, a verdadeira extensão do “povoamento” calcolítico, pelo menos nesta região; o que encontramos, até agora, são sobretudo sítios excepcionais, equiparáveis, não na sua morfologia, mas na sua motivação provável, a muitos outros recintos construídos na Europa chamada do “Neolítico Final”, ou Calcolítico. Por exemplo, os “henges” britânicos, do (lá designado) Neolítico final.

Esses recintos europeus, providos ou não de fossos, sejam de altura, sejam de encosta ou planície, têm antes de mais, como é consenso geral, um papel de demarcação de espaços, de criação de lugares delimitados por muros, e/ou fossos, etc. (e portanto com um “dentro” e de um “fora”), que podem ser de grandes dimensões, e quase de certeza foram essenciais (dado o “investimento” de energia neles feito) para a constituição, a partir dos momentos da sua própria elaboração e reelaboração, da identidade de grupos, através do estabelecimento de limiares. A questão da demarcação de espaços, como de tempos, é crucial na vivência humana, podendo dizer-se que tal demarcação nos caracteriza; o que hoje designamos “arquiteturas” diferencia-se profundamente das construções de variadíssimos tipos elaboradas por outras espécies. Mas, em geral, sem

a consideração das três esferas interligadas em que a existência humana decorre – o Imaginário, o Simbólico, e o Real, tal como esquematicamente Jacques Lacan (muito pouco compreendido em Portugal) as foi formulando – afigura-se-me impossível entender a especificidade do humano, e como tal fica comprometida qualquer tentativa de interpretação dos fenómenos sociais.

Como também, sem a noção de que não existiu nunca, nem provavelmente existirá, uma organização social desprovida de conflitualidade – aquilo que para o capitalismo moderno Marx genialmente designou “luta de classes” – também parece não se poder ter uma visão crítica da história. Mas essa conflitualidade é muito diferente de época para época, de local para local, sendo evidentemente decorrente da estrutura social (e dos modos e relações de produção – e reprodução – da vida em cada contexto).

De modo que – e escapando sempre, o mais possível, à tendência de senso comum e conservadora para usar chavões como o da suposta “natureza humana” – ao ignorar a psicanálise (ou reduzindo-a à intuição fabulosa de Freud, no início do século XX, e esquecendo em particular a inspiração lacaniana), e também o materialismo dialéctico (ou fossilizando-o num conjunto de ideias feitas ou slogans que assim se tornam estéreis, completamente inócuos, porque elaborados já no século XIX) não se pode realizar qualquer trabalho de interpretação e síntese verdadeiramente proveitoso, fraturante como agora se diz, em arqueologia, e particularmente em arqueologia pré-histórica. Como aliás em história ou em qualquer ciência social.¹⁶ Nesse sentido, foi para

16. Quando abordo um livro de história, procuro saber quem é o autor (se o não conheço) e que posição político-ideológico-teórica tem. Vou à contra-capa, vou à bibliografia, vou à net procurar quem é, etc. Não me seduzem os títulos, nem a capa, nem o tema, só por si. Sei que a história, como qualquer outra obra humana, é parcial, e só sendo parcial é que é história. Senão era registo automático de factos anódinos. Objectividade em história é, para além de um conjunto de protocolos “técnicos” a seguir, obviamente, a clara assunção de uma posição político-ideológica. E é a partir dela que se faz história, pressupondo-se que tal objectividade vá unida com honestidade: não defraudar os dados contraditórios que se vai encontrar, expô-los na sua inquietante contraditoriedade, não por uma questão de pluralismo pósmoderno (de que tudo vale, do relativismo absoluto, da indecidibilidade), mas porque a realidade é realmente contraditória, imperfeita, cheia de realidades mescladas, confusas, nas quais pretendemos introduzir alguma racionalidade, mas que não estiole a vida viva

mim crucial a descoberta casual que fiz, em 2006, de um autor esloveno, Slavoj Žižek, que tenho procurado divulgar em Portugal, e que continuo a estudar. Que tipo de grupos humanos seriam aqueles, que erigiam e mantinham, durante centenas de anos, recintos mais ou menos monumentais, como Castanheiro do Vento, por exemplo? Qual a sua possível estrutura social e hierárquica, qual a forma como distribuíam o seu habitat no espaço, etc., etc., são questões que só uma arqueologia com meios para pôr em prática grandes projetos, abrangentes de todo o território, poderia começar a contribuir no sentido de se poder problematizar essas questões de forma séria, sustentada. De outro modo, andamos a construir narrativas mais ou menos plausíveis, importando “teorias” de outros campos, com base em amostragens precárias, diminutas e contingentes – meros trabalhos que por vezes envolvem imenso esforço pessoal, em relação com a obtenção de diplomas universitário cada vez mais inflacionados, e que vão sobretudo ocupando pessoas mais jovens em situação precária, ou alimentando uma atividade profissional subjugada aos interesses do capital e da propriedade da terra.¹⁷

das coisas, das pessoas, dos acontecimentos. A história, como qualquer outra forma de conhecimento humano, é ela própria um produto histórico, e como tal situado, interessado. Mas, se for inteligente – e quão rara é a inteligência e a serenidade para aceitar o contraditório – a história não procurará jamais reduzir tudo a uma narrativa coerente, mas antes exporá, em carne viva, sem pudor, as paixões e as tendências sempre em luta entre si, no próprio indivíduo, mas também nos colectivos, nas organizações, etc. É esse lado imperfeito, que muitas vezes se escamoteia, que me importa num livro de história, que prefiro se for escrito por uma pessoa de esquerda, mas não dogmática, e que portanto veja com atenção os argumentos e os factos mais negativos para o seu próprio ponto de vista. História neutra, não existe. Conhecimento neutro? Só se fosse o deus, mas deus repousa lá onde ficou. Não, a história é um conhecimento humano, e deve ser afirmativamente corajoso, ao expor as contradições, a complexidade da realidade, e desde logo ao expor a escolha (sempre difícil, porque é um processo também ele histórico, de história pessoal) de qual a objectividade do autor.

17. A arqueologia, como eu (e tantos outros) a imaginei (imaginámos) é uma ciência muito cara, que implica empenhamento social e trabalho preventivo, e não se compadecede com a atitude submissa de ir a arrasto da ocupação do território por infraestruturas modernas, quaisquer que ela sejam, sem diagnóstico patrimonial prévio e sério. Implica uma sociedade em que o passado não seja objeto mercantil

No que toca aos grandes recintos calcolíticos, havia talvez um problema de “defesa”, pois sim, mas entendida de forma muito diferente da habitual, como metáfora: uma defesa simbólica, uma marcação de territórios através de sítios ou lugares particularmente importantes, cujo detalhe é essencial estudar na sua particularidade, o que é demorado e não é fácil, uma vez que são estruturas precárias, basicamente de terra, cuja diacronia exige uma escavação muito fina.

Se formos para o terreno com ideias preconcebidas simples (pois que com ideias preconcebidas vamos todos, e ainda bem, sempre... evidentemente), é óbvio que, com a agravante dos orçamentos e prazos curtos, se vão realizar trabalhos apressados e destruidores. Porquê? Porque o que importa é adequar a realidade observada a uma ideia pré-fabricada, pré-formatada, e simples: se é um povoado tem casas, mesmo que sejam toscas cabanas, se é fortificado tem muros defensivos, mesmo que sejam minúsculos ou em posição topográfica vulnerável, se lá habitavam pessoas o que encontramos sobretudo são “contextos domésticos”, e se aparecem alguns elementos que se não conformam com tal modelo, é também fácil, são as exceções que confirmam a regra. Entramos numa perfeita circularidade, em que o que encontramos confirma à perfeição o que já procurávamos. Não há atrito, é um modo eficaz para acabar depressa (quando sabemos que uma verdadeira pesquisa jamais tem fim) e dar lugar a construções (no caso de escavações sujeitas a prazos de obras) ou a restauros (que são muitas vezes congelamentos dos edifícios em realidades visitáveis pelos turistas, fotografáveis, e onde todos os problemas das escavações estão “tapados” por uma instalação moderna e atraente, limpa e luzidia, como as ideias simples.

Com estas práticas e ideias em mente, conduzidas pela pressa com que tudo se faz, pelo carácter unipessoal da direção de trabalhos, pela necessidade de (re)soluções a curto prazo, pela imperiosa publicação de *papers* que vão ser analisados em função do

de indústrias culturais; implica uma cultura totalmente diferente da dos empreiteiros e “empreendedores” em geral. É “um outro mundo” que em geral nem sequer vislumbram, pois transformaram o espaço numa mercadoria e num mero instrumento de produção para fins mercantis. Não abdicarei nunca – suponho que em certos casos poderei falar no plural – da verdade infosfismável dos nossos projetos de juventude para os traír, agradando ao “politicamente correto” predominante.

número e do tipo de revistas em que se inserem¹⁸ têm-se depredado muitos elementos estruturais deste tipo de sítios.

Dou um exemplo: se não entendo que, fora dos muros, ou dos embasamentos dos muros que definem estes recintos, existem estruturas de contrafortagem por vezes muito bem concebidas e articuladas, que fazem parte da construção e sua estabilidade, para que os muros (ou os embasamentos) se vejam melhor, vou eliminar tais contrafortes de lajes ou pedras imbricadas, como se de entulhos, ou derrubes de paredes, se tratasse... e isso tem acontecido de facto.

Outro exemplo: se parto do princípio de que estamos perante “povoados fortificados”, os habitualmente designados “bastiões”, que pontuam os muros de delimitação, por analogia com as fortificações posteriores, são espaços essencialmente destinados à vigilância do inimigo, e defesa em relação a ele... como nas fortificações históricas. Assim pode passar-me despercebida a organização interior das superfícies delimitadas por tais “bastiões”. É praticamente evidente que, para além do seu valor de, por vezes, darem monumentalidade ao sítio (questão de estilo) ou servirem de contrafortes, os chamados “bastiões” são uma forma de acentuar o carácter de limiares que os muros, em que se inserem, possuem. Ora, os limiares (portas, passagens, janelas, frestas, etc., são elementos fundamentais de qualquer arquitetura: são elementos de passagem no sentido ritual (ritual na sua acepção mais generalizada e corrente) do termo. Qualquer pessoa sabe isso, até pela experiência corrente. Se admitirmos que este tipo de sítios possuía muros que por vezes podiam ser relativamente altos, o que é quase certo, os limiares tornam-se ainda mais importantes, pois são “aberturas” num espaço interior fechado, por vezes mesmo possivelmente labiríntico.

Em Castanheiro do Vento, por exemplo, essa organização do espaço interno das estruturas semicirculares insertas nos muros incluiu outras subestruturas contendo depósitos de diversos tipos, que

18. A obrigatoriedade de publicar em revistas indexadas, com o sistema de *peer review* anónimo, torna-se muitas vezes negativa, sobretudo num meio científico pequeno: eu não sei quem me avalia e quais as suas competências para tal. Em certos casos, talvez devesse antes ser avaliada (por quem? como?) a forma de recrutamento de tais “avaliadores”, de quem passa a depender a vida de muitos investigadores.

destoam de uma simplificação funcional de mero “nicho de defesa.” São locais de deposição, insertos numa ideia geral de estruturas imbricadas (as maiores inserindo outras mais pequenas, e assim sucessivamente: é esta a sintaxe geral” destes sítios).

Aliás, cada vez mais se suspeita de que estes locais (como muitas outras “estações” pré-históricas) eram, com toda a probabilidade, “cenários” ou dispositivos espaciais, cuja construção ela mesma era essencial à vida grupal, onde decorreriam diversas movimentações comunitárias (ainda hoje tão importantes na estruturação das sociedades) locais esses onde eram depostos, muitas vezes já sem qualquer utilidade prática, fragmentos de objetos possivelmente trazidos de alhures, e que aqui readquiririam nova significação. Segundo o velho princípio estruturalista de combinatórias, em que um elemento, em si, nada significa, mas tem um valor que é determinado pelo seu posicionamento em cada contexto em que é inserto, em cada combinação de que passa a fazer parte. Daí que uma arqueologia descritiva de “coisas” ou objetos como se tivessem identidade própria não tenha qualquer sentido, antes representando um regresso sofisticado ao fetichismo “museológico” que caracterizou os primórdios da disciplina.

Todos os bons pré-historiadores do Norte de Portugal, e muitos de outras regiões do país, sabem perfeitamente o que acabo de referir sobre a arqueologia, sobre as arquiteturas pré-históricas, e mais particularmente sobre a forma como abordar a complexidade imensa destes sítios calcolíticos. São locais “plásticos”, de arquiteturas de terra, onde se fazia e refazia sem deixar vestígios, mas onde o “plano de conjunto”, visto hoje, retrospectivamente, difere de forma profunda das necrópoles megalíticas, neolíticas. À lógica aditiva e pétreia destas, o Calcolítico terá substituído uma lógica mais plástica, usando quantidades enormes de argila e água, possivelmente em articulação com a necessidade colectiva de orquestrar grupos mais densos, mais complexos, onde é possível que disputas intra-grupais se resolvessem, e ao mesmo tempo também se espelhassem, nas formas de construir.

Mas tudo isto são hipóteses interpretativas, que é fundamental expor, formalizar, submeter à crítica, debater, não em geral e em abstracto, mas perante cada caso, a realidade tridimensional dos sítios. Por isso, como acontece por exemplo em medicina, não só a aprendizagem inicial, como até o debate entre

pares, se devia fazer nos sítios, durante a ação decisiva, enquanto aqueles estão em processo de escavação, e portanto expõem as suas dificuldades, paradoxos, aporias. A realidade resiste sempre às nossas formulações; e as nossas formulações (que obviamente se incluem nessa realidade sempre não totalizável), resistem sempre à realidade: essa inadequação, esse “*out of joint*” é constitutivo da própria realidade. Não se trata de um mero problema epistemológico.

Os trabalhos finais, publicados (que por meio da escrita, quer por formas audiovisuais cada vez mais comuns e flexíveis) deviam incidir sobre os impasses das escavações, contornando a tendência de tudo explicar, classificar, arrumar em categorias. Porque, uma vez tapadas as estruturas, ou reformuladas para efeitos de conservação e visita, consuma-se, se me é permitida uma linguagem tão forte, “o crime perfeito”: os colegas têm de acreditar nos escavadores, não há contraditório possível, tudo bate certo. Ora, quando na realidade tudo bate certo, mesmo muito certo, algo está mal a montante: é pelo menos um princípio de precaução que nos deve orientar.

A arqueologia é realmente um trabalho lento e exige uma conceptualização refinada, madura, para se não cair em lugares comuns, ou transformar intuições em certezas, e sobre elas criar outras intuições, que por sua vez vão servir de certezas, etc., numa espiral de “castelo de cartas” pronto a cair ao primeiro sopro crítico ou analítico. Muitas narrativas da pré-história, mais ou menos enformadas por molduras conceptuais importadas da antropologia ou de outras ciências sociais, são assim criadas, e formam o discurso certificado. Essa certificação deve ser sempre vista com olhar muito crítico: porque em ciência, ao contrário da política, ou do senso comum, normalmente o que parece, não é. Na verdade, a racionalidade ocidental de que somos herdeiros tem sido uma permanente luta contra o senso comum, contra as evidências ingénuas, apercebendo-se de que a realidade é contraintuitiva. É surpreendente.

Por isso sempre, desde os meus tempos de estudante liceal, me interessei por matérias diferentes da arqueologia. Que acabaram por me ser úteis naquele próprio campo, creio. Dáí pensar que é muito importante inserir a arqueologia no chamado pensamento crítico contemporâneo, sobre o qual me atrevi a começar a dar cursos “livres” na minha própria Faculdade. Essa é a porta de saída para o impasse teórico em que a arqueologia pré-histórica a partir de

certo momento notoriamente entrou (crise do próprio pós-processualismo, como se vê nos últimos livros de Hodder, que no entanto andou a escavar uma estação neolítica turca, com todos os meios, durante cerca de 25 anos, pelo que o problema nem estará sobretudo na questão do financiamento e da competência). Por mim, guiei-me por Childe, depois Binford, depois Hodder, e depois... Thomas, como já referi, e agora estou perfeitamente consciente, mais que nunca, de que é de fora da arqueologia, mas sem importações mecânicas, que poderá vir a porta de saída do impasse. Sendo a arqueologia pré-histórica uma ciência, inserindo-se no domínio das ciências sociais e humanas, evidentemente que tem de estar ao corrente da problemática destas.

Ultimamente estudei bastante as obras de dois antropólogos, Philippe Descola, do Colégio de França, e Tim Ingold, da Universidade de Aberdeen, na Escócia. Apesar da minha enorme admiração por ambos, e em particular pelo segundo, que dá à arqueologia uma grande importância, e já entrou largamente pela filosofia por ter percebido em relação à antropologia o mesmo impasse que eu sinto no meu campo, não creio que qualquer deles possa resolver-me “o problema”: que fazer por uma pré-história crítica?

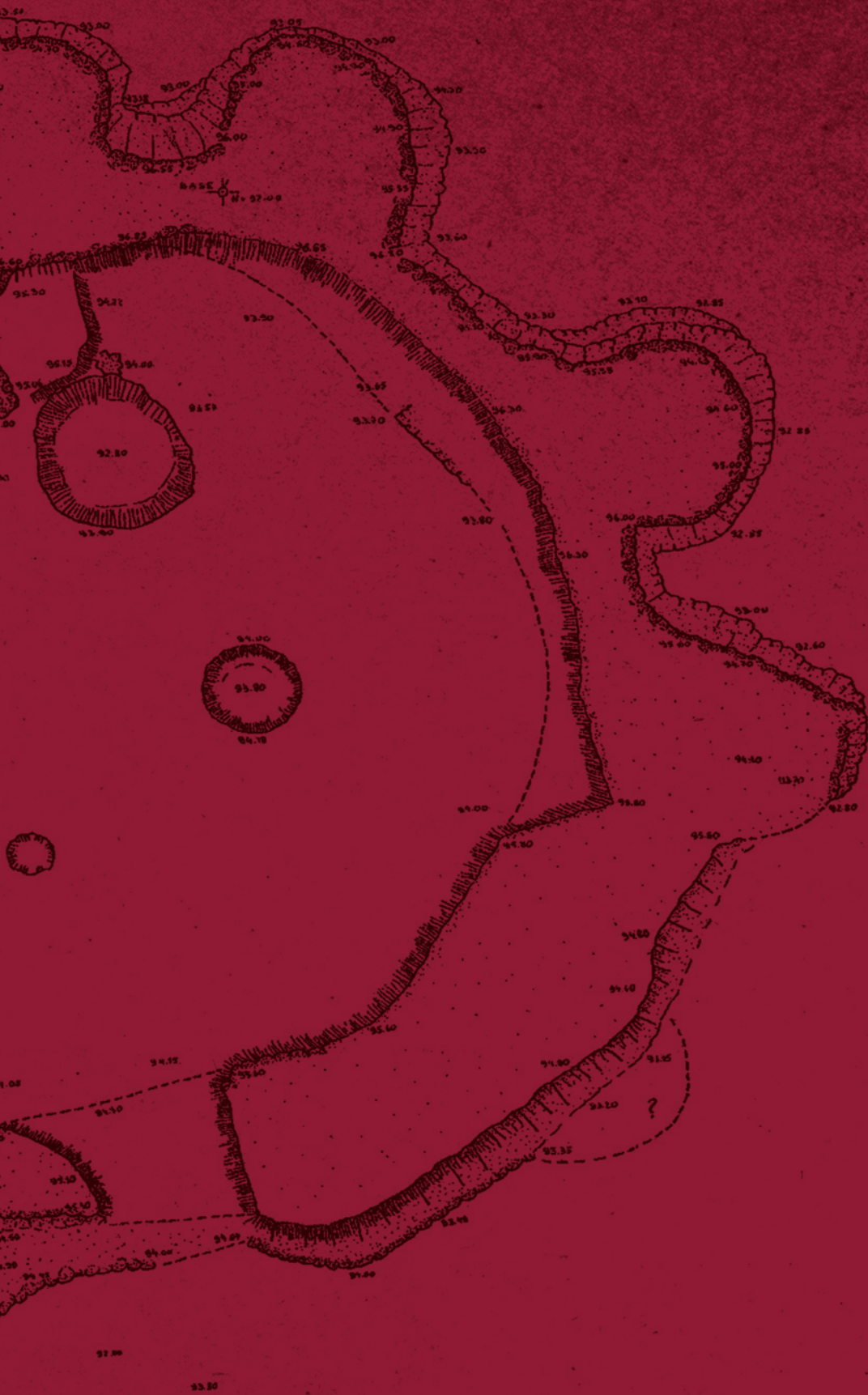
E escrevo isto consciente da responsabilidade: é que há muitos jovens à procura de uma orientação de pessoas como eu, de professores da minha geração, orientação essa indispensável para não se perderem em estudos de menor valia, na mera casuística, ou na aplicação à arqueologia de autores menos interessantes. A esses jovens deixo aqui esta mensagem: sem a psicanálise e sem o materialismo dialético – tarefa para muitos, e para realizar a prazo – não farão jamais uma arqueologia pré-histórica verdadeiramente interessante. Mas esse trabalho exigirá de vós um esforço imenso, porque uma perspectiva verdadeiramente interessante leva décadas a construir: nada tem a ver com o ensino e a investigação “fa presto” neoliberais, consagradas em Bolonha. É precisamente o contrário. Há que escolher, e sei que os meios faltam para esta reviravolta.

De nada serve também – porque em última análise se baseia numa ilusão fetichista (aquela que Marx no 1º volume de “O Capital” caracterizou tão bem como o fetichismo da mercadoria) a chamada “ontologia orientada para os objetos”, ou o chamado “realismo especulativo”. Ou seja, de um modo geral a ideia de uma orientação filosófica dando muito importância aos objetos, e em particular a esse

conceito ambíguo, que são “as coisas”. Ambos tendo influenciado Hodder na sua última fase, de que é testemunho o seu derradeiro volume online.¹⁹ Se puderem, não percam tempo com isso. Por mim, e dentro das minhas limitadas capacidades de estudante mais velho, estarei sempre disponível para o diálogo, um diálogo sem constrangimentos de tempo, sobre matérias que se não compadecem com a brevidade de uma simples comunicação. Continuaremos, enquanto a saúde e o ânimo nos permitirem.

Loures, junho de 2017

19. V. https://www.academia.edu/23001428/STUDIES_IN_HUMAN-THING_ENTANGLEMENT_Ian_Hodder. Sobre ele elaborei uma recensão crítica, no prelo.



Patrocinador oficial